



Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento a Acesso à Documentação Básica

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO (GT) DOCUMENTAÇÃO

Local: Ministério Público – Praça Anthenor Fagundes, s/n – Centro – Rio de Janeiro

Data: 22/02/2019

Horário: 10:30h

Compareceram nesta reunião: Dr. Marcos Fagundes (MPRJ); Dra. Raquel Crispino (TJRJ); Sr. Bruno Andrade (TRE-RJ); Sra. Carolina Carmo (ARPEN-RJ), Sra. Fernanda Mara (Prefeitura/Casa Civil); Sra. Flora Neves (DETRAN/RJ); Sra. Karla Ferreira da Silva (SEASDH); Sra. Karla Elvira (Cáritas-RJ); Sra. Larissa Getirana (Pares/Cáritas); Sra. Livia Paschoal (MPRJ); Sra. Marluce Laranjeira Machado; Sr. Pedro Arias Martins; Sra. Roberta Martins dos Santos (SMSDH); Sra. Simone Ferreira (SMASDH/SUBPIC).

Item 1 – Apresentação dos participantes

Iniciada a reunião, foi feita a apresentação dos participantes.

Item 2 – Planilha de acompanhamento de ações

Dra. Raquel explicou que a proposta da reunião seria fazer um planejamento para o ano de 2019, baseado na planilha de ações.

Dr. Marcos sugeriu que se começasse a analisar a planilha a partir da Receita Federal, já que existe um projeto da Prefeitura, que se chama “Identificar para Proteger”, que visa atender 650.00 alunos da rede pública municipal, com a emissão da Certidão de Nascimento, Carteira de Identidade e inscrição no CPF.

E, seguiu dizendo que o projeto ainda está em fase de diagnóstico. Mas já se sabe que cerca de 340.00 alunos já estão na base de dados do DETRAN/RJ com Carteira de Identidade. Outros alunos já estão na base de dados porque os Cartórios de RCPN encaminharam a informação para o DETRAN/RJ. Essa é a chamada base-certidão, já que eles ainda não tiveram suas Carteiras de Identidade emitidas. E, que cerca de 137.000 crianças que ainda não estão sequer na base de dados do DETRAN/RJ, que são as crianças mais vulneráveis.

Dr. Marcos complementou que o projeto não está conseguindo acessar a Receita Federal para cruzar os dados e entender a situação dessas crianças.

Dr. Marcos disse que uma saída possível seria a inscrição no CPF de todas as crianças que ainda não a tem, independentemente do diagnóstico. E, que caberia à Receita Federal, avaliar quem tem e quem não tem o CPF.

Dra. Raquel lembrou que a Receita Federal está passando por um momento difícil, já que é um grupo que envelheceu sem a realização de novos concursos. E, que os servidores estão se aposentando, morrendo e o quadro de pessoal não está sendo renovado.

Dr. Marcos sugeriu que se oficiasse a Receita Federal do Brasil para informar a demanda, já que Brasília deveria, em tese, fornecer os recursos, sejam humanos e/ou materiais para que se alcance uma solução.

Dra. Raquel disse que o item 1, que trata do CPF, foi mantido na planilha de ações, pois a Receita Federal precisa se estruturar para fornecer o CPF ou se desvincular do serviço. Mas que é preciso que se tenha capilaridade para atender à população.

Flora acredita que ao invés de se desvincular do CPF, a Receita Federal poderá elaborar convênios com os órgãos emissores de documentos para alcançar maior capilaridade.

O grupo seguiu a leitura da planilha.

Leila contou sobre o convênio entre o DEGASE e o Ministério do Trabalho, para emissão da CTPS nos postos da Ilha do Governador, Campos dos Goytacazes e volta Redonda.

Dra. Raquel destacou que tem conseguido contato com o Ministério do Trabalho, através do GT Documentação, para atender demandas específicas do DEGASE para inscrever os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no programa de aprendizagem.

Sobre o item 4, Dra. Raquel disse ter muito contato com a Ângela Cascão que é a gestora do SINASC (Sistema Nacional de Nascidos) e do SIM (Sistema de Informação de Mortos). E, que o SIM é um banco de dados mais antigo que o SINASC. O SIM é da década de 70 e o SINASC é da década de 90. E, que o SEPEC tem acesso ao SINASC para realizar pesquisas.

Sobre o item 7, o grupo irá oficializar a Junta Militar novamente para convidá-los a participar das reuniões.

Dra. Raquel pediu que a planilha fosse separada por documentos, no qual cada item corresponda a um documento específico.

Sobre o item 11, Karla Ferreira perguntou à Dra. Raquel se seria possível fazer contato com a Defensoria Pública da União.

Dra. Raquel respondeu dizendo que acha que o tema da documentação do estrangeiro deve ser tratado em um grupo de trabalho próprio para esse fim. Para que seja possível o levantamento dos dados, a pesquisa das normativas, o trabalho de organização dos fluxos em slides, a elaboração e divulgação de folders, etc.

Karla Ferreira acredita que o maior impacto está nos filhos dos refugiados.

Dra. Raquel acredita que essa questão, isto é, modificar a Consolidação Normativa para avaliar a validade do passaporte e a validade do visto para realização do Registro Civil de Nascimento dos bebês filhos de estrangeiros pelo Registrador Civil, deve ser provocada pelo grupo de trabalho, através de grupo para a Coordenação dos Serviços Extrajudiciais.

Karla Ferreira, Larissa e Karla Elvira ficaram de escrever a minuta do respectivo ofício.

Sobre o item 3, do eixo 2, a Dra. Raquel acredita ser um bom eixo para ser trabalhado esse ano. E, que seria boa a aproximação da comunidade LGBT para saber o que está acontecendo. E, sugeriu convidar o Rio Sem Homofobia para participar da reunião.

Dra. Raquel sugeriu ainda rever o Pacto esse ano (eixo 2 – item 8).

O grupo sugeriu trabalhar, esse ano, os seguintes temas:

- Acesso ao CPF;
- Certificado de Reservista;
- Rio Sem Homofobia;
- Pacto;
- INSS;
- Ofícios de Cidadania;
- Módulo Público da CRC.

Dra. Raquel sugeriu como pauta para a próxima reunião que a Carolina traga quais são as necessidades para a habilitação dos órgãos públicos para habilitação no Módulo Público da CRC, junto com uma pequena apresentação do que seria a CRC.

E, que a Karla convide o Rio Sem Homofobia para a próxima reunião para o grupo conhecer quais os problemas que a comunidade LGBT tem enfrentado.

Dr. Marcos sugeriu convidar a Defensoria Pública para participar dessa reunião, já que eles atendem na ponta, e conhecem as demandas.

Dra. Raquel lembrou do nome da Dra. Livia Caseres para falar sobre o tema.

A próxima reunião foi agendada para o dia **21/03/2019**, às **10:30h**.